



**Estratégia Nacional para a prevenção, controlo e erradicação da Peste dos Pequenos Ruminantes e de outras doenças prioritárias dos Pequenos Ruminantes em Cabo Verde.**



**Estratégia Nacional para a prevenção,  
controlo e erradicação da Peste dos  
Pequenos Ruminantes e de outras  
doenças prioritárias dos Pequenos  
Ruminantes em Cabo Verde**



# ÍNDICE

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>vi</b>
<b>RESUMO</b>	<b>vii</b>
<b>CAPITULO 1: INTRODUÇÃO</b>	<b>I</b>
<b>CAPÍTULO 2: JUSTIFICAÇÃO DA ERRADICAÇÃO DA PPR</b>	<b>3</b>
2.1. Contextualização	3
2.1.1. Informações relativas ao país (Geografia, Administração, Agricultura e Pecuária)	3
2.1.2. Sistemas de criação de pequenos ruminantes	5
2.1.3. População e distribuição das espécies sensíveis à PPR	6
2.1.4. Fatores de risco	8
2.2. Situação atual e os impactos da PPR	12
2.2.1. Estado atual da estratégia PPR-GCES	12
2.2.2. Situação da PPR no país	12
2.2.3. Impacto da PPR	12
2.3. Capacidade atual e atividades em curso de controlo da PPR	12
2.3.1. Sistema de laboratório de diagnóstico	12
2.3.2. Sistema de Vigilância Epidemiológica	14
2.3.3. Controlo e Prevenção de doenças	16
2.3.4. Quadro Jurídico	16
2.3.5. Implicação dos Parceiros	17
2.4. Outras Doenças Prioritárias dos pequenos ruminantes (Situação atual e possibilidades de controlo) PPR-GCES)	18
<b>CAPITULO 3: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS VETERINARIOS</b>	<b>19</b>
<b>CAPITULO 4 : QUADRO ESTRATEGICO PARA A ERRADICAÇÃO DA PPR</b>	<b>24</b>
4.1. Princípios Orientadores	24
4.1.1. Abordagem baseada no risco	24

4.1.2.	<i>Abordagem Transfronteiriça</i>	25
4.1.3.	<i>Controlo de outras Doenças Prioritárias de Pequenos Ruminantes a nível Nacional</i>	25
4.1.4.	<i>Mecanismos autónomos para a prestação de serviços da saúde animal</i>	26
4.1.5.	<i>Gestão adaptativa</i>	26
4.1.6.	<i>Parceiros</i>	27
4.2.	<i>Quadro dos resultados</i>	28
4.2.1.	<i>Objetivo Geral</i>	28
4.2.2.	<i>Objetivos Específicos</i>	28
4.2.3.	<i>Resultados esperados e atividades</i>	29
4.2.4.	<i>Coordenação, Gestão e Parceiros</i>	29
<b>CAPITULO 5 – SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO</b>		<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 6 – ESTIMATIVA DO ORÇAMENTO</b>		<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 7– MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS</b>		<b>33</b>
<b>ANEXOS:</b>		<b>34</b>
	<i>Anexos 1 : Quadro Lógico</i>	34
	<i>Anexo 2: Plano de Ação para os primeiros 5 anos</i>	37
	<i>Anexo 3 : Programa de trabalho para o Plano de Ação</i>	45
	<i>Anexo 4 : Matriz dos Resultados</i>	48

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANAS	Agência Nacional de Águas e Saneamento
ARFA	Agência Reguladora de Produtos Farmacêuticos e Alimentares
AU-IBAR	(African Union-Interafrican Bureau for Animal Resources)
AU-PANVAC	African Union- Pan African Veterinary Vaccin Centre
CEDEAO	(Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental)
CIRAD	Centre de Recherche de l'Agriculture et Développement
DGASP	Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DSP	Direção do Serviço de Pecuária
DNA	Direção Nacional de Ambiente
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IGAE	Inspeção Geral de Atividades Económicas
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
INSP	Instituto Nacional de Saúde Pública
MAA	Ministério de Agricultura e Ambiente
O.I.E.	Organização Mundial da Saúde Animal
PMAT-PPR	Monitoring and Assessment Tool
PVS	Performance dos Serviços Veterinários
SPS	Sanitary and Phytosanitary Measures
UE	União Europeia
USDA/APHIS	United States Department of Agriculture Animal and Plant Health Inspection Service

## RESUMO

A elaboração da Estratégia Nacional de Prevenção, Controlo e Erradicação da Peste dos Pequenos Ruminantes e de outras doenças prioritárias foi alinhada com os princípios e as diretrizes constantes na Estratégia Mundial e na Estratégia Pan-Africana de Prevenção, Controlo e erradicação da PPR. Este trabalho está organizado em sete capítulos e três anexos, a saber:

Capítulo 1- Introdução

Capítulo 2- Contextualização

Capítulo 3- Organização dos Serviços Veterinários

Capítulo 4- Quadro estratégico para a erradicação da PPR

Capítulo 5- Seguimento e avaliação

Capítulo 6- Orçamento

Capítulo 7- Mobilização de recursos financeiros

Anexos - Plano de Ação quinquenal, Quadro Lógico, Matriz de Resultados e Plano Operacional.



## CAPITULO I: INTRODUÇÃO

**A** Peste dos Pequenos Ruminantes (PPR) é uma doença altamente infecciosa e devastadora que afeta, sobretudo os ovinos e caprinos em aproximadamente 70 países da África, Ásia e Médio Oriente. Em caso de infeção plenamente suscetível podem registar-se elevadas taxas de morbilidade e mortalidade. A doença exerce um impacto significativo nos meios de sobrevivência, sobretudo dos pequenos criadores/agricultores. É uma doença altamente contagiosa que causa 1,5 a 2 bilhões de dólares em perdas por ano. A Doença ameaça a segurança alimentar e a subsistência de pequenos agricultores e criadores de gado e, impede que diferentes setores da pecuária explorem plenamente o seu potencial económico.

Reduzir o número de países endémicos da PPR é portanto, um interesse compartilhado e deve ser considerado como um bem público global.

Em Cabo Verde até ao momento não foi observado nenhum caso da PPR.

A situação sanitária dos pequenos ruminantes não é ainda totalmente conhecida, não obstante o registo de morbilidade e mortalidade ao longo dos anos. No entanto, já foram diagnosticadas as seguintes doenças: Ectima Contagiosa, Brucelose, Linfadenite Caseosa, Carbúnculo Hemático e Parasitoses.

As medidas de vigilância epidemiológica, de um modo geral, têm sido implementadas ao nível de fronteiras (portos e aeroportos) e a nível do terreno.

Neste contexto, torna-se necessário fazer um levantamento exaustivo, visando conhecer a real situação sanitária em relação à PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes.

A presente estratégia alinha-se com a Estratégia Global de Controlo e Erradicação da PPR (PPR-GCES) e a Estratégia Pan-Africana para o Controlo e a Erradicação da Peste de Pequenos Ruminantes e de outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes.

Para a elaboração da Estratégia Nacional foram delineadas as seguintes etapas:

- Realização de um encontro com a equipa técnica do Serviço da Pecuária, com a finalidade de familiarizar e socializar as diretrizes a adotar na elaboração da Estratégia Nacional de Controlo e Erradicação da PPR, com base nas orientações da Estratégia Mundial e Pan-africana;
- Criação de um grupo de trabalho para a elaboração da □versão zero□ da referida estratégia;
- Informação e sensibilização dos decisores;
- Pesquisa e compilação documental;
- Socialização, sensibilização, envolvimento e implicação dos parceiros (Instituições afins, ONG's, associações comunitárias, operadores do setor público e privado, etc.) na elaboração e realização de um atelier de validação da referida estratégia.

### **Objetivo geral**

Garantir a Segurança Alimentar, aumentar o rendimento das famílias e reduzir a pobreza.

### **Objetivos específicos**

Os objetivos específicos consistem em:

- Reforçar os Serviços Veterinários
- Conhecer e melhorar a situação sanitária do país em relação a PPR e outras doenças dos pequenos ruminantes.
- Desenvolver o sector pecuário a nível nacional

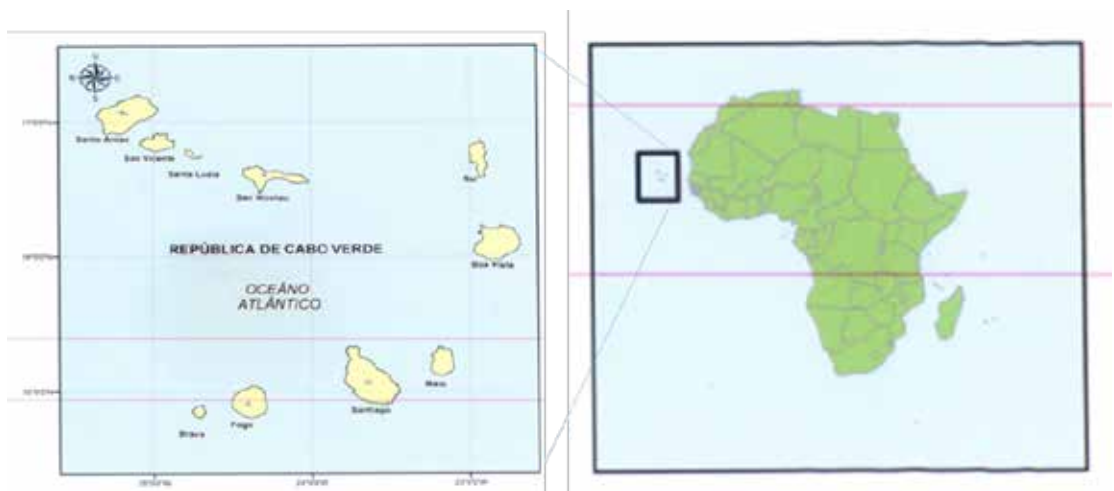
## CAPÍTULO 2: JUSTIFICAÇÃO DA ERRADICAÇÃO DA PPR

### 2.1. Contextualização

#### 2.1.1. Informações relativas ao país (Geografia, Administração, Agricultura e Pecuária)

- **Situação Geográfica**

Cabo Verde é um arquipélago saheliano de 10 ilhas, sendo 9 habitadas e uma desabitada, com uma superfície total de 4.033 Km<sup>2</sup>, situado no Oceano Atlântico cerca de 500 Km a Oeste da costa do Senegal, entre os paralelos 17° 12' e 14° 48' de latitude Norte e os meridianos 22°44' e 25° 22' de longitude Oeste.



**Figura 1:** Localização das ilhas de Cabo Verde em relação à costa Oeste-Africana

O arquipélago é caracterizado por fatores de vulnerabilidade estrutural: insularidade, descontinuidade do território, persistência da seca, fragilidade dos ecossistemas e escassez de recursos naturais, nomeadamente água e terra arável.

As ilhas, todas de origem vulcânica, estão divididas, de acordo com a sua exposição aos ventos alísios do Nordeste, em seis ilhas de “Barlavento», a saber: Santo Antão (779 km<sup>2</sup>), São Vicente (216 km<sup>2</sup>), São Nicolau (343 km<sup>2</sup>), Sal (216 km<sup>2</sup>), Boavista (620 km<sup>2</sup>) e Santa Luzia, não habitada e quatro ilhas de “Sotavento” a saber: Santiago (991 km<sup>2</sup>), a maior, Fogo (476 km<sup>2</sup>), Maio (69 km<sup>2</sup>) e Brava (64 km<sup>2</sup>).

- **Clima**

Cabo Verde tem um clima tropical seco, do tipo semiárido a árido. A Estação das chuvas é curta (julho a outubro) com as precipitações irregulares, mal distribuídas no espaço e no tempo, por vezes torrenciais, provocando a erosão dos solos. A precipitação média anual, varia de 60 mm nas ilhas planas e de 240 a 550 mm nas ilhas montanhosas. As temperaturas são geralmente amenas e variam pouco ao longo do ano, entre 22°C a 26° C, a nível do mar, muito mais frescas em altitude.

- **População**

Com cerca de 537.784 habitantes, sendo 271.181 população feminina (50,4%) e 266.603 população masculina (49,6%), Cabo Verde é um dos países menos populoso de África.

- **Economia**

A agricultura, pecuária e floresta contribuem com 8% do PIB (INE 2016). O país ocupa 188º lugar no mundo devido à fragilidade dos seus recursos naturais. Em particular, Cabo Verde é regularmente afetado pela escassez de água devido à antiga desflorestação e longos períodos de seca.

A economia está baseada na prestação de serviços, que representa 80% do PIB (comércio, transportes, turismo e serviços públicos). A ajuda internacional é um complemento essencial do orçamento. O turismo é um importante eixo de desenvolvimento. Os principais recursos naturais são: sal, pesca (lagosta e atum) e produção de banana.

Em 2007, Cabo Verde deixou o grupo dos países menos desenvolvidos. Os impulsores do crescimento são, em particular, o crescimento do turismo desde 1999, a robustez da taxa de investimento, as transferências da diáspora, o Investimento Económico Direto (FDI) e a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). Espera-se que Cabo Verde atinja a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Relativamente ao nível de pobreza, o país conta com cerca de 179.000 pobres e 54 000 muito pobres, sendo que 10,6% dos cabo-verdianos vivem em pobreza extrema, sendo 20,3% dessa pobreza extrema concentrada no mundo rural e 5,3% no meio urbano (INE 2015).

Cabo Verde é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 2009 e aderiu à OIE em 2006.

- **Pecuária**

A pecuária cabo-verdiana é caracterizada pela fraca produção e produtividade devido a fatores de ordem estrutural, sociocultural e física, escassez de recursos, fragilidade do meio, aleatoriedade do clima e utilização de técnicas rudimentares de criação.

Apesar de sua baixa contribuição para o PIB, ela desempenha um papel particularmente importante na satisfação das necessidades da população em termos de proteínas e gorduras animais.

A pecuária familiar é uma importante fonte de rendimento e é praticada por mais de 41.000 famílias (RGA, 2015) que representa cerca de 60% da população rural e na periferia das áreas urbanas. Ela representa um meio de poupança, de subsistência e de segurança alimentar (leite, ovos, carne, etc.) e uma fonte complementar de renda para as famílias rurais. Por outro lado, constitui um certo status social.

### **2.1.2. Sistemas de criação de pequenos ruminantes**

Por continuar fortemente integrada na agricultura e naturalmente afetada pela escassez e aleatoriedade das chuvas, os sistemas de criação de ruminantes pouco mudaram em Cabo Verde. Esta atividade continua sendo praticada segundo 3 modalidades, relacionadas com a vocação agrícola dos terrenos e o tamanho dos rebanhos:

- Pequena criação familiar de subsistência (que representa a maioria das explorações) em que os animais ou vagueiam nas zonas de pastoreio, já bastante degradadas, ou permanecem amarrados ou em cercados rudimentares (de pedra ou chapas de bidon) nas proximidades das habitações. Geralmente esta modalidade é praticada em zonas de agricultura, principalmente, de sequeiro, cujos restos são aproveitados para alimentação dos animais, aproveitando-se os produtos da criação no autoconsumo;
- Criação em rebanhos maiores, individual ou coletivamente, em regime permanentemente extensivo, nas zonas áridas ou em regime de “montado”,

caracterizado pela transferência dos animais das zonas de agricultura de sequeiro para outras mais áridas, com o propósito de explorar a vegetação natural, na estação das chuvas. Nesta modalidade os animais podem ser permanentemente acompanhados por pastores ou apenas orientados, diariamente, no pastoreio. As secas sucessivas e a degradação das zonas de pastoreio direto, têm vindo a desaconselhar tal prática devido à contínua redução desses rebanhos, havendo atualmente poucas explorações deste tipo, embora com os maiores efetivos;

- Criação denominada intensiva, característica das zonas de agricultura onde os animais são explorados, em regime estabulado ou semi-estabulado, principalmente caprinos leiteiros. Nestes casos, os rebanhos de pequeno a médio porte, são constituídos por animais melhorados.

Dependendo do sistema de criação adotado, da disponibilidade de material forrageiro (pasto ou restos de agricultura, principalmente palha de milho) e dos recursos financeiros do criador, pode ou não haver suplementação com milho, polpa de beterraba, sêmea e de alimentos concentrados. Convém que se note que a utilização destes últimos alimentos concentrados não é prática comum devido aos custos que acarretam.

O abeberamento do gado é assegurado através da água auto transportada, poços, ribeiras, reservatórios e bebedouros, consoante as zonas e a disponibilidade de água.

### **2.1.3. População e distribuição das espécies sensíveis à PPR**

Mais de metade dos criadores cabo-verdianos dedica à criação de caprinos. Dentre os ruminantes criados em Cabo Verde, os ovinos ocupam o último lugar, em termos de importância e número de efetivo.

As informações respeitantes à distribuição dos pequenos ruminantes por ilha e por concelho encontram-se resumidas no quadro que se segue:

**Tabla 1:** Distribuição das espécies de pequenos ruminantes por Ilha e por Concelho

Ilha/Concelho	Espécie /sexo					
	Caprino			Ovino		
	Macho	Fêmea	Total	Macho	Fêmea	Total
Santo Antão	1 670	21 082	22 752	99	540	639
Ribeira Grande	664	4 109	4 773	63	407	470
Paul	133	1 090	1 223	8	14	22
Porto Novo	873	15 883	16 756	28	119	147
São Vicente	462	4 133	4 595	83	204	287
São Nicolau	1 154	3 228	4 382	363	871	1 234
Ribeira Brava	930	2 542	3 472	214	484	698
Tarrafal de São Nicolau	224	686	910	149	387	536
Sal	150	719	869	51	200	251
Boavista	1 547	7 622	9 169	492	190	682
Maio	1 578	7 602	9 180	38	82	120
Santiago	9036	25189	34225	2765	6363	9128
Tarrafal	935	2 275	3 210	614	1 265	1 879
Santa Catarina	2 011	4 898	6 909	416	787	1 203
Santa Cruz	1 141	3 607	4 748	412	913	1 325
Praia	1 453	3 637	5 090	423	900	1 323
São Domingos	898	3 281	4 179	358	854	1 212
Calheta de São Miguel	792	2 376	3 168	231	430	661
São Salvador do Mundo	397	1 015	1 412	77	124	201
S. Lourenço dos Órgãos	364	1 097	1 461	61	158	219
Ribeira Grande de Santiago	1 045	3 003	4 048	173	932	1 105
Mosteiros	436	1 806	2 242	8	19	27
São Filipe	1 816	12 050	13 866	54	114	168
Santa Catarina do Fogo	473	4 036	4 509	18	50	68
Brava	216	1 625	1 841	7	14	21
<b>Total</b>	<b>18 538</b>	<b>89 092</b>	<b>107 630</b>	<b>3 978</b>	<b>8 647</b>	<b>12 625</b>

Fonte: Censo, RGA, 2015

As únicas informações existentes respeitantes aos sistemas de criação de caprinos a nível nacional são do ano 1997 (PDP 1997) e constam no quadro que se segue:

**Tabela 2:** Resumo Nacional de todos os sistemas de criação de caprinos

Sistemas de criação	Efectivo Total	Reprodutoras	Criadores	Média/Criador
Extensivo permanente	12076	7294	1452	8,3
Extensivo sazonal	10411	6223	1572	6,6
Semi-estabulado	24541	13286	3715	6,6
Estabulado (preso)	59556	31824	16418	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>106584</b>	<b>58624</b>	<b>23157</b>	<b>4,6</b>

Fonte: PDP, 1997

As únicas informações existentes respeitantes aos sistemas de criação de ovinos a nível nacional são do ano 1997(PDP 1997) e constam no quadro que se segue:

**Tabela 3:** Resumo nacional de todos os sistemas de criação de ovinos

Sistemas de criação	Média/Criador	Efetivo Total	Reprodutoras	Criadores
Extensivo permanente	3,1	517	273	168
Extensivo sazonal	2,8	470	237	167
Semi-estabulado	3,2	1978	908	611
Estabulado (preso)	2,6	5211	2251	1995
<b>TOTAL</b>	<b>2,8</b>	<b>8176</b>	<b>3669</b>	<b>2941</b>

Fonte: PDP, 1997

#### 2.1.4. Fatores de risco

##### Comercialização dos animais vivos e dos produtos de origem animal

No quadro da comercialização, há que distinguir dois subsectores, cujas lógicas e finalidades da produção são bem distintas, a pecuária tradicional e a pecuária dita “moderna” ou intensiva.

Na pecuária tradicional, predominante em termos de número de explorações que a pratica, a comercialização continua nas mesmas condições diagnosticadas há vários anos atrás, caracterizada por:

- Predominância de pequenas unidades familiares tradicionais, cuja produção de pequena escala é virada primeiramente para o autoconsumo. A subsistência familiar constitui a preocupação primeira do criador muito embora uma parte da produção seja comercializada;



- Lógica da produção que não assenta nos princípios da racionalidade económica na ótica de mercado, isto é, a análise custo/benefícios é pura e simplesmente ignorada;
- Ausência de especialização;
- Preocupação do criador em acumular o efetivo e não em geri-lo;
- Heterogeneidade das finalidades de produção, em que o objetivo da produção varia de ilha para ilha e também por espécie animal;
- Práticas rudimentares de comercialização.

Assiste-se em Cabo Verde, pela sua insularidade e divisão territorial, em termos de comercialização de produtos pecuários, a uma diversidade de situações:

- Ilhas que não produzem determinados produtos;
- Ilhas com excedente de produção;
- Ilhas com grandes mercados (caso de Santiago, S.Vicente e em certa medida Sal).

Essas condições fazem com que uma ilha não possa viver de uma forma autónoma. Daí a necessidade e existência de complementaridade entre as mesmas.

Também, em termos de organização da comercialização, a situação varia de ilha para ilha e nota-se a sua melhor organização nas ilhas de Santiago e de S.Vicente.

O transporte de animais e produtos de origem animal para comercialização é feito maioritariamente pela via marítima. A insuficiência de meios de transporte marítimo e a irregularidade na frequência, tem provocado grandes constrangimentos e desmotivação dos operadores do setor.

- **Comercialização dos animais vivos**

Continua a não existir dados sobre a comercialização a grosso dos animais. A única fonte disponível consiste no número de abates feitos (através de inspeções feitas pelos Serviços da Pecuária). Não existem informações sobre o número de animais vendidos vivos e aqueles que são abatidos clandestinamente.

Para os caprinos e ovinos só uma parte das vendas é conhecida através dos abates, mas extremamente insignificante.

A nível nacional, os circuitos comumente utilizados são:

- a. o criador vende diretamente ao talhante (predominante em todas as ilhas);
- b. os consumidores compram diretamente os animais vivos nos criadores e fazem o abate em casa;
- c. o intermediário (revendedor) compra no criador e por sua vez faz a revenda aos talhantes;
- d. O criador vende para outro criador (com maior interesse para as espécies melhoradas);

- **Comercialização de carnes**

A maior percentagem da comercialização deste produto é feita nas ilhas de Santiago e de S.Vicente.

Predomina o abate clandestino sobretudo para os pequenos ruminantes, não sendo o produto sujeito a qualquer controle veterinário.

Os abates são feitos nos matadouros municipais onde as condições higio-sanitárias, na sua generalidade, são precárias. Após o abate dos animais, a carne é vendida nos talhos cujas condições de higiene, na sua maioria, não são as melhores.

Em termos de organização da comercialização, nos centros urbanos, esta melhorou bastante com o surgimento de redes de mini e super mercados que possuem melhores condições de conservação e comercialização de produtos de origem animal, permitindo, assim, melhorias na qualidade e na apresentação dos produtos. Estes abastecem-se diretamente dos talhantes.

No meio rural, a comercialização da carne é esporádica, uma vez que o abate é irregular e quando é feito, uma parte da carne é vendida na vizinhança.

- **Comercialização de leite e derivados**

A comercialização de leite e derivados tem pouca expressão devido à fraca produtividade dos animais, locais de produção afastados dos principais centros consumidores (vilas e cidades), a fraca capacidade de conservação e alta perecibilidade dos mesmos.

De uma maneira geral, no caso dos criadores que possuem pouco número de animais, uma parte do leite é reservada ao consumo familiar e uma outra é vendida.

No que se refere aos criadores com um número expressivo de animais, para além do consumo e venda, a maior parte do leite é transformado em queijo (leite de cabra).

Ao longo de alguns anos, os produtores de queijo têm sido beneficiados com a formação nas boas práticas de fabrico artesanal de queijo, produção e sanidade animal.

Também têm sido feitos investimentos na construção, melhoria das instalações e aquisições de materiais e equipamentos para o fabrico de queijo, o que tem contribuído para a melhoria da qualidade do produto.

O circuito de comercialização do leite e do queijo é feito da seguinte forma:

- a. criador que vende diretamente no mercado;
- b. criador que vende porta a porta na vila/cidade;
- c. criador que vende a revendedores.

Quanto ao queijo, produto bastante apreciado a nível nacional, o circuito é entre as ilhas produtoras e não produtoras ou de fraca produção. Os queijos produzidos nas ilhas de Fogo, Brava, Maio e Boavista são comercializados sobretudo em Santiago. Os produzidos na ilha da Boavista são comercializados sobretudo nas ilhas do Sal e de S. Nicolau. Os produzidos na ilha de Santo Antão são comercializados em S. Vicente, S. Nicolau, Sal e Santiago.

Em Cabo Verde, os principais fatores de risco que poderão comprometer a implementação da estratégia Nacional de Prevenção, Controlo e Erradicação da PPR, são os seguintes:

- Aleatoriedade do clima com efeitos negativos sobre a produção e saúde animal;
- Catástrofes naturais (erupções vulcânicas, chuvas torrenciais, ciclones, etc.);
- Resistência à mudança do comportamento dos criadores;
- Sistemas de criação inadequados praticados;
- Falta de recursos humanos e financeiros;

- Abate clandestino;
- Comercialização informal;
- Transportes deficientes;
- Inspeção e fiscalização deficiente em toda a cadeia produtiva;
- Infraestruturas de abate e comercialização deficientes.

## 2.2. Situação atual e os impactos da PPR

### 2.2.1. Estado atual da estratégia PPR-GCES

### 2.2.2. Situação da PPR no país

A PPR em Cabo Verde, nunca foi observada. Neste sentido, há necessidade de se fazer um levantamento exaustivo a nível do terreno e a realização de análises laboratoriais.

### 2.2.3. Impacto da PPR

Considerando a não observação da doença no país, não é possível fazer a avaliação do seu impacto.

## 2.3. Capacidade atual e atividades em curso de controlo da PPR

### 2.3.1. Sistema de laboratório de diagnóstico

Cabo Verde, tem apenas um único Laboratório Veterinário a nível nacional pertencente à DGASP/DSP que não dispõe ainda de um sistema de garantia de qualidade.

#### • Estrutura geral da organização do Laboratório Veterinário:

##### I. Unidade de Serologia

###### a. Técnicas instaladas

- Elisa Indireto
- Elisa de Competição
- Inibição de Hemaglutinação (IHA)
- Imunodifusão em Gel (IDG)
- Testes rápidos (Rosa de Bengala, Flu-Detect e outros)

## 2. Unidade de Coprologia

### a. Técnicas instaladas

- Willis
- Gordon et Whitlock (Mc Master)
- Sedimentação Natural
- Quatro Redes
- Roberts e O' Sullivan (Coprocultura)

## 3. Unidade de Bacteriologia

### a. Técnica instalada

- Técnicas de Bacteriologia Geral

### **Outras técnicas instaladas:**

- Imunofluorescência Direta (IFD)

A técnica básica de ELISA já está instalada no Laboratório Veterinário da DGASP. No entanto, há necessidade de formação complementar do pessoal técnico, implementação de outras técnicas específicas de diagnóstico da PPR (PCR), aquisição de reagentes (Kits de diagnóstico), equipamentos, materiais e outros.

### **Staff do Laboratório**

- 02 Médicas Veterinárias
- 01 Técnica de Veterinária e analista clínica e de saúde pública
- 01 técnica auxiliar de laboratório
- 01 Auxiliar de Laboratório

O Laboratório Veterinário dispõe de alguns dos equipamentos necessários para a realização de análises de diagnóstico da PPR e de outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes a saber: Câmaras de fluxo laminar, estufas, microscópios, leitor Elisa, autoclaves, frigoríficos, congeladores, centrífugas, etc. Contudo, depara com dificuldades na reparação e manutenção dos mesmos, derivado quer da inexistência de especialista no país, quer da insuficiência financeira / custos elevados dos referidos serviços.

## Principais lacunas

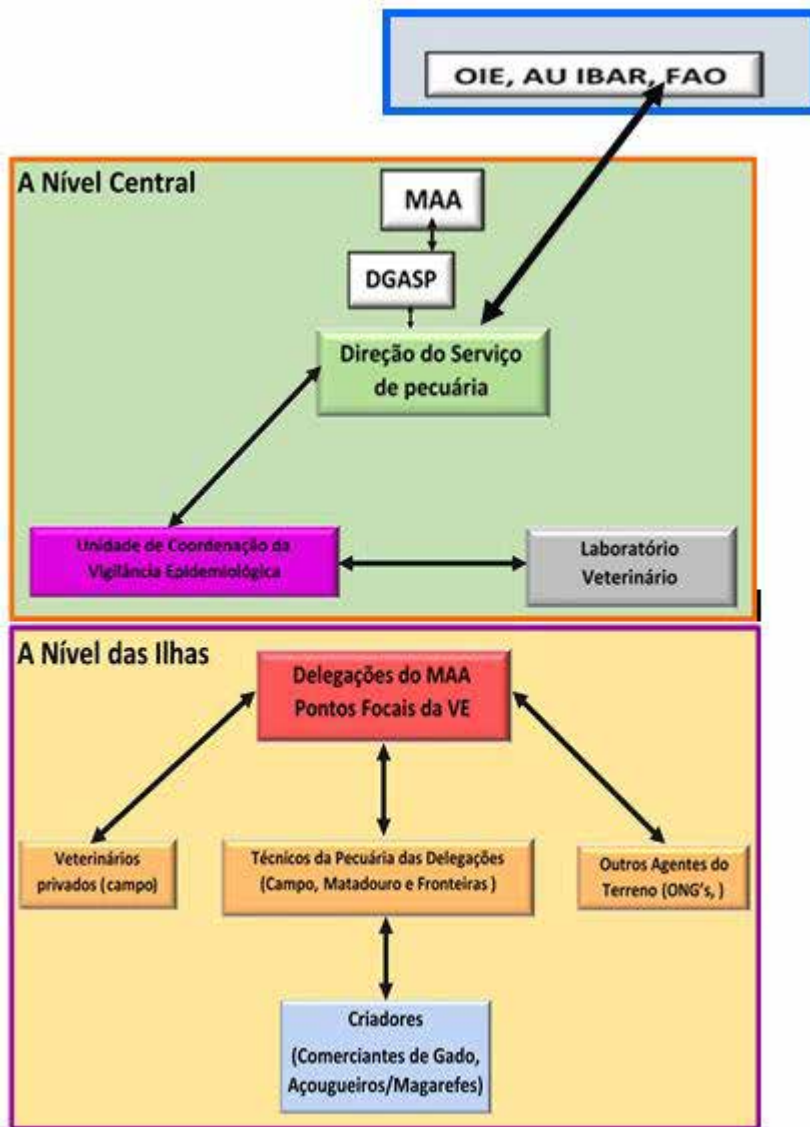
- Falta de reagentes / kits de diagnóstico;
- Insuficiência de equipamentos e materiais de laboratório;
- Dificuldade na manutenção e reparação dos equipamentos / Inexistência de uma unidade / Falta de pessoal com formação na área;
- Insuficiência de formação do pessoal do laboratório na área de diagnóstico laboratorial e do pessoal do terreno na colheita e envio de amostras ao laboratório;
- Inexistência da capacidade de diagnóstico laboratorial da PPR;
- Insuficiência de diagnóstico laboratorial em relação às outras doenças prioritárias;
- Inexistência de um Sistema de Garantia de Qualidade instalado;
- Dificuldades no transporte de amostras inter-ilhas e para o exterior;
- Infraestrutura laboratorial inadequada e espaço físico reduzido.

O financiamento do funcionamento do Laboratório é manifestamente insuficiente e dependente de programas de investimento público.

### 2.3.2. Sistema de Vigilância Epidemiológica

#### Organização e Funcionamento da rede de vigilância

- A Direção do Serviço de Pecuária, conta com uma célula central, responsável pela vigilância epidemiológica, a nível nacional, que recebe, trata e faz a divulgação das informações do terreno, enviadas pelos pontos focais das Delegações/Serviços descentralizados do MAA. Para além disso conta ainda com um Laboratório Veterinário responsável pela realização do diagnóstico laboratorial e que se articula com a célula central, com as Delegações do MAA/sector pecuária e operadores.
- A nível das Delegações do MAA, existem departamentos de Serviços de Pecuária e Serviços de Inspeção fronteiriços onde se encontram os referidos pontos focais, que fazem a recolha das informações e enviam à célula central.
- A nível das comunidades, as informações são fornecidas pelos criadores e parceiros das instituições públicas e privadas, ao ponto focal de cada Delegação/Serviço descentralizado do MAA.



**Figura 2:** Organização e Funcionamento da rede de vigilância

• **Técnicos implicados**

Os Serviços Centrais e os descentralizados contam com 14 Médicos Veterinários, 22 Técnicos Zoo veterinários das 13 Delegações do MAA cobrindo 23 Municípios nacionais.

Existem 15 inspetores destacados nos Serviços de Inspeção a nível das fronteiras (4 portos e 4 aeroportos internacionais) nas ilhas da Boavista, Santiago, São Vicente e Sal. O processo de recolha e envio de informações (notificações) é feito mensalmente em

formato ficheiro eletrónico, via rede do governo ou outras redes públicas ou ainda através de comunicações via telefone, em casos de urgência ou suspeitas.

As informações depois de tratadas são partilhadas diretamente entre os técnicos a nível da Direção do Serviço da Pecuária e das Delegações. Os dados depois de tratados são inseridos numa base de dados e publicados em relatórios.

As amostras biológicas são enviadas ao Laboratório Veterinário para análises por via terrestre (ilha de Santiago) e vias aérea ou marítima (outras ilhas). Contudo, têm-se registado dificuldades no transporte inter-ilhas e internacional devido a problemas ligados à autorização/ certificação das companhias aéreas.

As notificações são feitas aos organismos internacionais (OIE, CEDEAO, AU-IBAR), cumprindo as obrigações estatutárias, através de notificação imediata e relatórios periódicos (semestrais e anuais)

### **2.3.3. Controlo e Prevenção de doenças**

Não tendo sido observado PPR a nível do país, não existe um Programa de Prevenção e Controlo da doença.

No entanto, para as outras doenças prioritárias, as medidas de vigilância epidemiológica de uma forma geral, têm sido aplicadas a nível das fronteiras através da análise de riscos e inspeção de produtos de origem animal e animais vivos, de abates, de despistagens (serológicas e parasitológicas) e ainda o controlo do movimento dos animais vivos inter-ilhas e fronteiras internacionais.

A vacinação tem sido praticada somente na espécie avícola em explorações modernas.

### **2.3.4. Quadro Jurídico**

O quadro jurídico existente é muito deficitário. No entanto, há um esforço no sentido de desenvolver pacotes legislativos para suprir as lacunas existentes, sobretudo no aspeto sanitário.



A legislação existente no país relativamente à pecuária engloba:

- A Lei Zoo sanitária n° 30/VIII/2013 publicada a 13 de maio, que estabelece as normas de segurança sanitária dos animais, de saúde animal, da salubridade do seu meio ambiente, dos produtos de origem animal e da saúde pública veterinária.
- O Decreto-Lei n° 42/2013 que estabelece as taxas devidas pela inspeção realizada pelos serviços de inspeção zoo sanitária.

Neste momento encontra-se na fase de regulamentação a Lei Zoo sanitária n° 30/VIII/2013 em que serão definidas as medidas de prevenção, controlo e luta das doenças prioritárias no país, incluindo a PPR. Entretanto, verifica-se ainda a falta de legislação em matéria de produção animal.

### **2.3.5. Implicação dos Parceiros**

A implicação dos parceiros na prevenção, controlo e erradicação da Peste dos Pequenos Ruminantes será uma prioridade da estratégia nacional.

Atualmente, os principais parceiros que vêm colaborando no controlo e luta de outras doenças são: organismos internacionais (FAO, OIE, CEDEAO, EU, AU-IBAR, USDA/APHIS etc.), Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), Instituições Académicas, ONGS, Associações Comunitárias, criadores, Agência de Regulação de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA), Inspeção Geral de Atividades Económicas (IGAE), Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG), Instituto Nacional de Estatística (INE), Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), Proteção Civil, Câmaras Municipais, Comunicação Social (Rádio, Televisão e Internet, redes sociais), Câmaras de Comércio e Operadores Económicos.

Um trabalho de sensibilização/ formação será feito a todos os níveis para que todos os parceiros estejam informados da importância e dos procedimentos a serem adotados com vista à prevenção e controlo das doenças prioritárias no país.

## 2.4. *Outras Doenças Prioritárias dos pequenos ruminantes (Situação atual e possibilidades de controlo) PPR-GCES)*

Até a presente data foram diagnosticadas algumas doenças, consideradas prioritárias que afetam os pequenos ruminantes, nomeadamente: Ectima contagioso, Carbúnculo hemático, Linfadenite Caseosa, Brucelose e Parasitoses internas e externas.

Em caso de surgimento de focos, as medidas são aplicadas de acordo com as normas internacionais, tendo em conta que as medidas específicas de luta e controlo de cada doença a nível do país estão na fase de regulamentação.

## **CAPITULO 3: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS VETERINARIOS**

**A** Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP) é um serviço central do MAA e, no âmbito das suas atribuições no tocante à Pecuária, é o Serviço que exerce a função de Administração Veterinária Nacional.

A DGASP integra as seguintes Direções:

- a. Serviço da Agricultura e Proteção Vegetal;
- b. Serviço da Pecuária;
- c. Serviço de Silvicultura e Engenharia Rural;
- d. Serviço de Extensão Rural e Economia Agrária.

A Direção de Serviço de Pecuária (DSP) tem a função de promover o desenvolvimento e o melhoramento da Pecuária Nacional, a proteção dos recursos animais, da produção animal, da saúde e bem-estar animal, da saúde pública veterinária, bem como a valorização dos produtos de origem animal.

À DSP compete, especificamente:

- a. Contribuir para a formulação da política agrária no domínio da produção pecuária, sanidade animal e bem-estar animal, saúde pública veterinária, comércio e trânsito de animais e produtos de origem animal e seus derivados;
- b. Elaborar, promover, orientar e executar a nível nacional, programas de ação no domínio do promoção e melhoramento da produção pecuária, sanidade e bem-estar animal e saúde pública veterinária;
- c. Exercer as funções de Autoridade Veterinária Nacional;
- d. Assegurar o cumprimento das obrigações internacionais em matéria de sanidade animal, bem-estar animal, saúde pública veterinária, conforme as normas do código sanitário da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e de gestão de recursos genéticos animal;
- e. Contribuir para a preservação e valorização do património das espécies de interesse zoo económico e das espécies animais protegidas e ameaçadas de extinção conforme a convenção do CITES;

- f. Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos sobre a pecuária, nomeadamente no que diz respeito à conservação do ambiente, utilização dos recursos naturais, biodiversidade, de pastagens, florestas e fauna silvestre;
- g. Propor regulamentos relativos à defesa sanitária animal e bem-estar animal;
- h. Garantir o controlo zoo sanitário das fronteiras do país a fim de impedir a entrada e saída de doenças transfronteiriças;
- i. Exercer em colaboração com outras Instituições atribuições em matéria de vigilância higiosanitária dos estabelecimentos de produção, fabrico, distribuição, comercialização e venda de alimentos e produtos de origem animal, medicamentos veterinários e produtos biológicos animal;
- j. Regulamentar e fiscalizar em articulação com outros serviços competentes a entrada e saída no e do país de espécimes e produtos de origem animal;
- k. Participar na definição de programas de investigação e de divulgação de técnicas e tecnologias de interesse pecuário, com o objetivo de desenvolver e alcançar aumentos de produção e produtividade do sector da Pecuária Nacional;
- l. Assegurar a proteção e a valorização dos recursos genéticos animais, regulamentando e promovendo a seleção e melhoramento genético das espécies de interesse zootécnico;
- m. Promover, disponibilizar e facilitar o acesso ao material genético, nomeadamente reprodutores, ovos férteis, sémen e embrião, com vista ao melhoramento da produtividade do efetivo pecuário nacional;
- n. Promover o aproveitamento racional dos recursos forrageiros através do melhoramento de sistemas agro-silvo-pastoril, da produção, recolha, conservação e valorização dos recursos forrageiros;
- o. Melhorar as práticas de gestão da pecuária de ruminantes de modo a reduzir a emissão de metano;
- p. Prestar e promover a assistência técnica aos criadores, operadores do sector pecuário e demais instituições intervenientes na exploração e gestão de recursos animais;
- q. Exercer outras funções que lhe sejam determinadas superiormente.

v

A Direção do Serviço de Pecuária é dirigida por um Diretor.

A DSP está organizada internamente em duas Divisões de Serviço: Divisão de Serviços Veterinários (conta com 4 Médicos Veterinários e 1 Analista Clínica e de Saúde Pública) e Divisão de Produção e Alimentação Animal que conta com 1 Engenheira de Produção animal e uma Engenheira Ambiental.

O Serviço Veterinário está organizado em 3 setores:

- Inspeção e Saúde pública (1 Médico Veterinário);
- Saúde Animal e Epidemiologia (1 Médico Veterinário);
- Laboratório Veterinário (2 Médicas Veterinárias, 1 Analista e Saúde Pública).

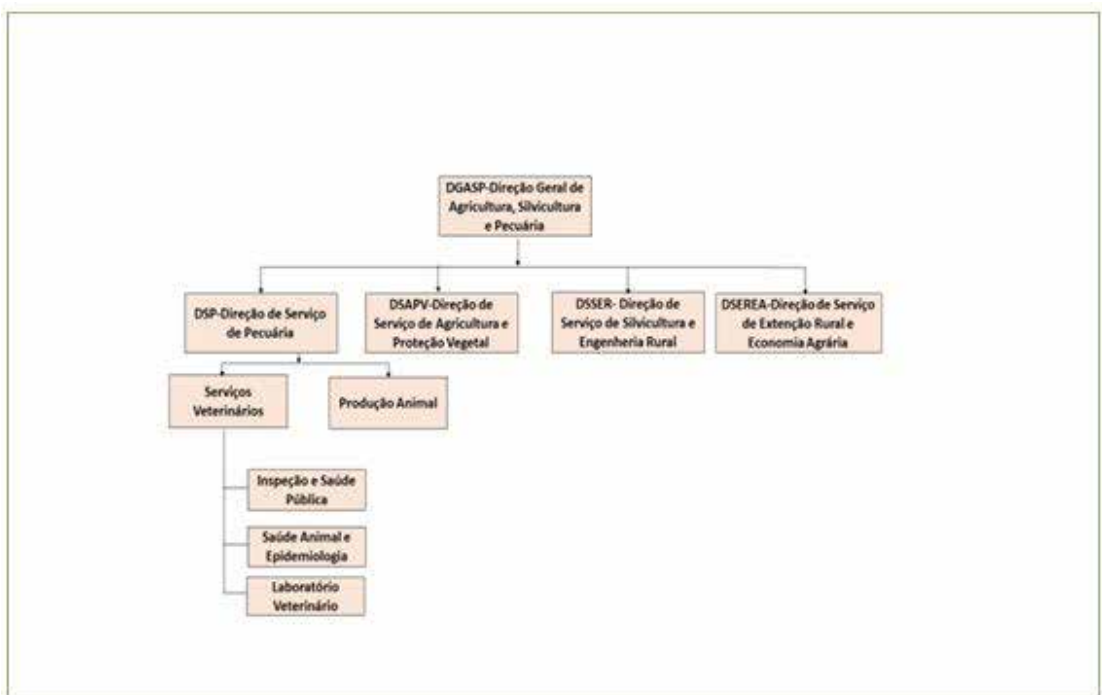


Figura 3: Organograma da DGASP e da DSP

## Delegações do MAA

As Delegações do MAA são, essencialmente, serviços de base territorial do MAA e dependem hierarquicamente do Ministro da Agricultura e Ambiente e funcionalmente dos Serviços Centrais do MAA.

No que tange, a Vigilância Epidemiológica e Assistência Veterinária existe uma estreita colaboração entre o Serviço Veterinário e as Delegações do MAA-Sector da Pecuária

em que todas as informações relevantes recolhidas a nível de terreno são enviadas ao Serviço Veterinário que por sua vez, faz a devida análise e tratamento dos dados e emite orientações técnicas.

As Delegações do MAA atualmente são 13, sendo uma em cada ilha habitada com exceção da ilha de Santiago (4 Delegações) e da ilha de Santo Antão (2 Delegações). De uma forma geral, cada Delegação corresponde a um ou mais Concelhos.

Em relação aos recursos humanos, os técnicos da pecuária encontram-se afetos sobretudo às Delegações do MAA, conforme o quadro que segue.

**Tabela 4:** Distribuição dos Recursos Humanos na DSP e Delegações

<b>Estruturas</b>	<b>Técnicos Superiores</b>	<b>Técnicos Médios</b>	<b>Técnicos Profissionais</b>	<b>Técnicos Auxiliares</b>
<b>DSP</b>				
DIRECÇÃO	1	-	-	-
DSV	2	-	-	-
DPA	2	-	-	-
Laboratório Veterinário	3		1	1
<b>Sub-Total 1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>DELEGAÇÕES</b>				
Brava	1	1	2	-
Fogo	1	-	-	-
Praia/S.Dom/R.G.Sant.	3	2	4	-
Santa Cruz	1	-	1	-
Sta. Catarina	-	2	2	-
Tarrafal	-	-	1	-
Maio	1	-	-	-
Sto Antão	3	1	2	1
S.Vicente	2	1	2	-
S.Nicolau	-	2	-	-
Boavista	1	1	-	-
Sal	1	1	2	-
<b>Sub-Total 2</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>1</b>

Fonte: DSP

A assistência veterinária em Cabo Verde é feita maioritariamente pelas Delegações do MAA. O exercício da Medicina Veterinária privada, esta prevista na Lei Zoo sanitária nº 30/VIII/2013 e requer regulamentação. Porém, é exercida pelos Médicos Veterinários e técnicos da pecuária de forma esporádica e, em caso de necessidade podem ser recrutados pelo Estado, a tempo parcial, para prestar serviços sobre o seu controlo.

### Missão de Avaliação dos Serviços Veterinários de Cabo Verde

Foi realizada uma avaliação dos Serviços Veterinários (SV) do país utilizando o instrumento Desempenho dos Serviços Veterinários (PVS) da OIE, de 22 a 31 de julho de 2014, por uma equipa de dois avaliadores independentes aprovados pela OIE, a pedido do Governo de Cabo Verde.

**Tabela 5:** Missão realizada pela equipa da OIE

	Data de Avaliação	Nível de Confidencialidade*	Comentários
Avaliação PVS Inicial da OIE	Julho 2014	País e OIE	
Avaliação e Seguimento PVS da OIE			
Análises dos Desvios PVS			
Missão de Identificação das leis Veterinárias			
Outras Atividades de Reforço das capacidades levadas a cabo pela OIE (missões do laboratório ; e programas de geminação)			

## **CAPITULO 4 : QUADRO ESTRATEGICO PARA A ERRADICAÇÃO DA PPR**

De acordo com o PMAT, Cabo Verde classifica-se no estado I

### **4.1. Princípios Orientadores**

#### **4.1.1. Abordagem baseada no risco**

Para a prevenção, controlo e erradicação da PPR, devem ser implementadas as seguintes ações:

- Fazer o controlo sanitário a nível de fronteiras, no que diz respeito à importação, entrada de animais e produtos de origem animal, devendo reforçar os serviços de inspeção, medidas de quarentena em caso de necessidade;
- Fazer o controlo sanitário intra e inter-ilhas na circulação de produtos de origem animal e de animais vivos;
- Reforçar a capacidade técnica de diagnóstico do laboratório (Formação, aquisição de equipamentos, materiais, reagentes e implementação de novas técnicas de diagnóstico laboratorial);
- Reforçar a capacidade técnica de atuação a nível de terreno (formação, disponibilização de materiais e equipamentos para a recolha de amostras, acondicionamento e envio de amostras ao laboratório);
- Solucionar o problema relativo ao transporte de amostras biológicas inter-ilhas e internacional;
- Fazer o levantamento exaustivo da situação sanitária em relação a PPR e outras doenças prioritárias, a nível nacional;
- Enviar amostras biológicas aos laboratórios de referência no exterior para a confirmação dos resultados;
- Implementar as medidas de vigilância epidemiológica (passiva e ativa) de forma permanente e a nível nacional;

De acordo com os resultados laboratoriais obtidos, outras ações serão levadas a cabo:

#### **Havendo casos positivos**

- Notificar os casos aos organismos nacionais e internacionais;



- Acionar o Plano de Controlo, Luta e Erradicação da PPR.

Em caso de resultados negativos:

- Reforçar o Sistema de Vigilância Epidemiológica para evitar a entrada da PPR no país;
- Informar e solicitar junto da OIE, o reconhecimento e a atribuição de Estatuto de país indemne da PPR;
- Continuar a implementação do Plano de Controlo, Luta e Erradicação da PPR.

#### **4.1.2. Abordagem Transfronteiriça**

Em Cabo Verde são aplicadas as medidas de controlo e inspeção sanitário a nível de fronteiras. É exigida uma autorização prévia da importação e análise de riscos a nível da importação e aplicada as normas internacionais (SPS, Codex alimentarius, Códigos da OIE) tanto para a importação como a exportação, a emissão de certificado sanitário para a exportação de produtos de origem animal e de animais vivos.

No entanto, prevê-se o reforço dos Serviços Veterinários Nacional, através da capacitação dos intervenientes no processo de prevenção, controlo, luta e erradicação da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes, assim como informação e sensibilização permanente das autoridades nacionais, parceiros e público em geral, sobre a evolução da situação sanitária.

#### **4.1.3. Controlo de outras Doenças Prioritárias de Pequenos Ruminantes a nível Nacional**

Em relação às outras doenças prioritárias, as medidas de controlo e luta de uma forma geral, têm sido aplicadas a nível de terreno, dos matadouros, das fronteiras através da análise de riscos e inspeção de produtos de origem animal, animais vivos, e ainda o controlo do movimento dos animais vivos inter-ilhas e fronteiras internacionais.

As doenças consideradas prioritárias para o país são: Ectima contagioso, Carbúnculo hemático, Brucelose, Linfadenite Caseosa e Parasitoses (internas e externas). O controlo e luta dessas doenças são feitos em conformidade com planos específicos.

No processo do levantamento exaustivo a ser feito a nível nacional, poderão ser diagnosticadas outras doenças e, na sequência medidas pertinentes deverão ser tomadas, visando o controlo e a erradicação das mesmas. A rede de vigilância epidemiológica a nível nacional deverá ser reforçada.

#### **4.1.4. Mecanismos autónomos para a prestação de serviços da saúde animal**

A assistência veterinária é essencialmente exercida pelos Serviços Descentralizados do MAA mais concretamente as Delegações. A prestação pelos privados ainda é incipiente dado ao número reduzido de Médicos Veterinários ligados ao sector privado, embora a legislação prevê o exercício da medicina veterinária privada e, em caso de necessidade, podem ser contratados pelo estado, para a prestação de serviço de forma pontual.

Considerando o défice a nível nacional de Médicos Veterinários e a inexistência de instituições académicas vocacionadas para a formação dos mesmos e com valência na área específica, o governo terá de definir estratégias para a formação de quadros superiores, intermédios e profissionais nas áreas de saúde e produção animal e, criar incentivos aos jovens por forma a despertar interesse por estas áreas de grande importância para o desenvolvimento da economia do país.

Para assegurar o sistema de prestação de serviços de saúde animal autónomo deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- Adequar o investimento interno às necessidades do setor para garantir o normal funcionamento dos Serviços Veterinários;
- Criar um fundo de investimento para fazer face às situações de emergências (surgimento de epidemias, catástrofes, etc.);
- Promover um ambiente favorável e atrativo para o desenvolvimento da atividade privada.

#### **4.1.5. Gestão adaptativa**

Para melhorar a capacidade de intervenção do Serviço Veterinário Central e das Delegações será adotada uma abordagem de gestão adaptativa que maximize a adoção de lições aprendidas durante a implementação da estratégia e serão desencadeadas as seguintes ações:

- Formar/ capacitar de forma permanente o pessoal técnico a todos os níveis;
- Dotar os serviços centrais e regionais das condições (equipamentos, materiais, transporte e outros), necessárias para o bom funcionamento dos mesmos;
- Dotar o pessoal técnico dos instrumentos indispensáveis ao bom desempenho da sua função;
- Adequar as infraestruturas às novas exigências que se impõem;
- Sensibilizar, formar e capacitar os criadores de gado e outros parceiros implicados;
- Fazer plaidoyer junto dos decisores.

#### **4.1.6. Parceiros**

No processo de prevenção, controlo e erradicação da PPR todos os parceiros serão envolvidos, considerando que cada um terá as suas atribuições bem definidas.

Os principais parceiros serão:

- *Organismos internacionais (FAO, OIE, CEDEAO, EU, AU-IBAR, USDA/APHIS)* - Estas organizações terão um papel importante na mobilização dos recursos financeiros e na prestação de assistência técnica;
- *Criadores e operadores do setor* - terão como função principal, a disponibilização de informações, participação nas formações e na implementação das atividades previstas no plano;
- *Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) - INC (Instância Nacional de Coordenação)* De acordo com a abordagem “uma só saúde” e, no sentido de salvaguardar a saúde pública, esta instituição irá trabalhar em estreita colaboração com os serviços veterinários;
- *Direção Nacional do Ambiente (DNA)* - Esta instituição será importante na implementação desta estratégia, tendo em conta a necessidade da preservação do ecossistema;
- *Instituições Académicas* - Estas Instituições estarão engajadas e motivadas em matéria de pesquisas em saúde animal e funcionamento da rede de vigilância epidemiológica;
- *ONGS e Associações Comunitárias* - Serão fundamentais na sensibilização/formação dos criadores, na veiculação de informações sobre o estado sanitário do efetivo e principalmente na implementação das medidas de prevenção e controlo;

- *Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS)*, comparticipará na regulamentação, inspeção e fiscalização dos alimentos e produtos farmacêuticos;
- *Inspeção Geral de Atividade Económica (IGAE)* - Instituição vocacionada pela área da inspeção, fiscalização da atividade económica no setor agroalimentar;
- *Câmaras Municipais* - São autoridades descentralizadas do estado e o seu envolvimento é importante, tendo em conta que o território da nossa atuação se encontra sob a sua jurisdição;
- *Comunicação Social (Mídias)* - É importante em matéria de sensibilização/informação de todos os atores envolvidos neste processo, através da difusão de informações;
- *Câmaras de Comércio* - São necessárias, tendo em conta o seu envolvimento em matéria de sensibilização e informação de todos os operadores económicos;
- *Proteção Civil* - Terá como função assegurar a proteção das pessoas e dos bens;
- *Instituições Religiosas* - terão como papel sensibilizar, informar e educar a população em geral;
- *Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)* - Esta instituição é importante uma vez que fornece informações sobre as condições meteorológicas e alerta precoce sobre as mudanças climáticas e os riscos inerentes;
- *Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)* - Instituição com competência na mobilização, distribuição e gestão dos recursos hídricos;
- *Instituto Nacional De Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA)* - Instituição responsável pela pesquisa na área agrária, com ênfase na investigação veterinária.

## 4.2. Quadro dos resultados

### 4.2.1. Objetivo Geral

Garantir a Segurança Alimentar, aumentar o rendimento das famílias e reduzir a pobreza.

### 4.2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos consistem em:

- Reforçar os Serviços Veterinários;
- Conhecer a situação sanitária do país em relação a PPR e outras doenças dos pequenos ruminantes;

- Desenvolver o sector pecuário a nível nacional.

### 4.2.3. Resultados esperados e atividades

**Tabela 6:** Resultados esperados e atividades

Resultados	Atividades
Estatuto do país em relação a PPR e as outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes (Ectima contagioso, carbúnculo hemático, Brucelose e parasitoses) conhecido e monitorizado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plaidoyer junto dos decisores e parceiros (nacionais, regionais e internacionais)</li> <li>• Criação de uma equipa pluridisciplinar para fazer o seguimento e avaliação</li> <li>• Formação/ sensibilização dos principais atores</li> <li>• Aquisição de equipamentos, materiais, consumíveis e outros, para os serviços veterinários centrais, Delegações e laboratório veterinário</li> <li>• Realização de um levantamento exaustivo da situação sanitária</li> </ul>
Programa de vigilância e controlo da PPR, implementado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da rede de vigilância epidemiológica</li> <li>• Recrutamento e mobilização de técnicos qualificados</li> </ul>
Programa de vigilância de outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes (Ectima contagioso, Carbúnculo hemático, Brucelose e Parasitoses) implementado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da Rede de Vigilância Epidemiológica</li> <li>• Recrutamento e mobilização de técnicos qualificados</li> </ul>
Serviços Veterinários reforçados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço dos Serviços Veterinários centrais e descentralizados com técnicos qualificados, equipamentos, materiais e outros</li> </ul>
Estatuto do país definido	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação do dossier e a sua submissão à OIE, o reconhecimento do país como sendo indenne da PPR</li> </ul>

### 4.2.4. Coordenação, Gestão e Parceiros

A coordenação de todas as atividades estará a cargo da DGASP através da DSP e, será desenvolvida em concertação com todos os atores envolvidos, visando harmonizar as abordagens a todos os níveis, o que implica a gestão de conhecimentos e a troca de informações.

Será criado um comité de pilotagem com o envolvimento dos principais atores para aprovação, seguimento e avaliação ao longo do processo de implementação do Plano.

A nível central será criada uma equipa técnica multidisciplinar para a operacionalização das atividades previstas no Plano de Ação.

A nível de cada Delegação do MAA será indigitado um ponto focal que fará a coordenação a nível do Concelho/Ilha, em estreita articulação com a equipa técnica.

O Laboratório Veterinário estará em articulação com o Laboratório de Referência a nível regional, sobretudo para a confirmação e validação dos resultados laboratoriais.

A Rede de Vigilância Epidemiológica desempenhará um papel preponderante na monitorização da situação sanitária (detenção precoce, aviso prévio e resposta rápida), a nível nacional com ênfase na PPR e outras Doenças Prioritárias dos Pequenos Ruminantes (DPRs).

Será criada uma base de dados para a monitorização da situação sanitária nacional.

A coordenação nacional fará a articulação com os Comitês Regional e Continental em matéria de implementação dos Planos Nacional, Regional e Mundial.

## CAPÍTULO 5 – SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

**P**ara o seguimento e a avaliação da execução do Plano será utilizada uma metodologia assente numa abordagem participativa com a implicação dos principais atores e beneficiários.

A avaliação será feita trimestralmente com a elaboração e apresentação de relatórios e, sempre que necessário serão feitas as devidas correções e introduzidas melhorias.

A supervisão e o apoio técnico compreendem trabalho administrativo e missões de terreno.

Durante a vigência do Plano, a coordenação apresentará relatórios de balanço.

Os relatórios de terreno refletirão o nível de envolvimento das instituições, e entidades locais e os criadores na implementação efetiva do Plano.

Uma equipa pluridisciplinar será criada com a implicação de técnicos das instituições parceiras mais diretamente implicados no processo, nomeadamente: DSP, INIDA, ANAS, INSP, DNA, INMG, ERIS e outras.

## CAPÍTULO 6 – ESTIMATIVA DO ORÇAMENTO

Para a operacionalização do Plano e para que os objetivos preconizados sejam atingidos será necessário a mobilização de um montante de 400 000 000,00 ECV (Quatrocentos milhões de escudos cabo-verdianos).

**Tabela 7:** Estimativa do orçamento

Bens	Quantidade	Custo Unitário	Orçamento					Orçamento Total
			A 1	A 2	A 3	A 4	A 5	
<b>1 Vigilância Epidemiológica</b>			14 500 000,00	14 500 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	38 000 000,00
Equipamentos			9 500 000,00	9 500 000,00				
Materiais			3 000 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	
Formação			2 000 000,00	2 000 000,00	0	0	0	
<b>2 Vacinação e outras medidas de prevenção e controlo de doenças</b>				18 000 000,00	18 000 000,00	18 000 000,00	18 000 000,00	40 000 000,00
Vacinas			0	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	
Materiais de vacinação			0	9 000 000,00	9 000 000,00	9 000 000,00	9 000 000,00	
<b>3 Laboratório</b>			33 500 000,00	20 000 000,00	16 700 000,00	16 475 000,00	13 500 000,00	106 175 000,00
Investimento de diagnóstico			13 000 000,00	13 000 000,00	13 000 000,00	13 000 000,00	11 000 000,00	
Equipamentos e materiais			8 000 000,00	8 000 000,00	2 300 000,00	2 200 000,00	2 000 000,00	
Manutenção e calibração dos equipamentos			500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	
Adequação de infraestrutura laboratorial			5 000 000,00					
Formação			2 000 000,00	1 500 000,00	1 000 000,00	775 000,00	0	
Assistência especializada			5 000 000,00	5 000 000,00				
<b>4 Comunicação</b>			500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	2 500 000,00
<b>5 Formação e pesquisa</b>			2 000 000,00	2 000 000,00	0	0	0	4 000 000,00
<b>6 Outros/coordenação</b>			5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	25 000 000,00
Veículos, manutenção, serviços essenciais, deslocações e estadas etc.	2		15 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	35 000 000,00
Medicamentos			3 000 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	15 000 000,00
<b>7 Pessoal</b>	15		15 000 000,00	15 000 000,00	15 000 000,00	15 000 000,00	15 000 000,00	75 000 000,00
<b>8 Desprezíveis</b>			11 005 000,00	11 005 000,00	11 005 000,00	11 005 000,00	11 005 000,00	54 825 000,00
<b>Total Ano</b>			99 965 000,00	94 005 000,00	69 505 000,00	63 480 000,00	66 465 000,00	400 000 000,00
<b>TOTAL GERAL</b>								400 000 000,00



## **CAPÍTULO 7– MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS**

Para a implementação da presente estratégia será necessário a mobilização de recursos financeiros que será realizada a 3 níveis a saber: nacional, regional e internacional.

### **A nível Nacional:**

O Ministério de Agricultura e Ambiente através da DGASP disponibilizará uma equipa técnica com valências no domínio da pecuária, o laboratório veterinário, vigilância epidemiológica e os respetivos staffs técnicos que será o facilitador para a implementação da estratégia nacional e do Plano de Ação.

### **A nível Regional:**

O país contará com parceiros regionais nomeadamente AU-IBAR, AU-PANVAC, CEDEAO e outros.

### **A nível Internacional:**

O país contará com parceiros internacionais nomeadamente FAO, USDA-APHIS, CIRAD, EU, Cooperação japonesa, Cooperação espanhola, Cooperação Luxemburguesa, Banco Mundial, BAD e outros.

A contrapartida externa (regional e internacional) será utilizada para a mobilização dos recursos necessários (humanos, materiais e outros) para a operacionalização do Plano de Ação.

## ANEXOS:

## ANEXOS I : QUADRO LÓGICO

Descrição da Estratégia Nacional		Indicadores de Realização Objetivamente Verificáveis	Meios de Verificação	Hipóteses[1]
<b>Objetivo Global</b>	Garantir a Segurança Alimentar, aumentar o rendimento das famílias e reduzir a pobreza.	-Percentagem da contribuição do sector da pecuária no PIB nacional, -Taxa da pobreza, -Taxa da pobreza,	-Relatórios  -Estudos de impacto, -Dados das contas nacionais	Assistência técnica externa financiamento garantido  Ambiente institucional favorável
<b>Objetivos Específicos</b>	Reforçar os Serviços Veterinários  Conhecer a situação sanitária do país em relação a PPR e outras doenças dos pequenos ruminantes  Desenvolver o sector pecuário a nível nacional	-Número de técnicos qualificados/contratados  -Numero de pacotes legislativos elaborados e implementados  -Número de amostras analisadas; -Número de inquéritos epidemiológicos realizados; -Número de suspeitas clínicas confirmadas	-Relatórios  -Base de dados do sector  -Resultados Laboratoriais  -Estudos de impacto	Recursos humanos financeiros garantidos    Ambiente institucional favorável
<b>Resultados</b>	<b>1: Serviços veterinários reforçados</b>	Numero de técnicos mobilizados e contratados; Numero de lotes de materiais, equipamentos e consumíveis adquiridos. Numero de viaturas e quantidade de combustível adquiridas; Numero de equipamentos informáticos adquiridos Numero de produtos veterinários adquiridos;	<b>Relatórios</b>	<b>Recursos financeiros disponíveis; Engajamento de todos os intervenientes (decisores, técnicos, criadores e outros parceiros</b>
	<b>2: Capacidade de Diagnóstico laboratorial reforçado</b>	Números de Kits de diagnósticos, equipamentos, materiais e consumíveis adquiridos; Numero de assistência técnica externa realizada; Numero de técnicas laboratoriais instaladas Número de amostras analisadas;	<b>Relatórios e base de dados</b>	<b>Recursos humanos e financeiros garantidos</b>
	<b>3: Técnicos, criadores e outros intervenientes formados</b>	<b>Numero de técnicos, criadores e outros intervenientes formados</b>	<b>Relatórios</b>	<b>Recursos humanos e financeiros garantidos</b>
	<b>4: Plano de comunicação implementado.</b>	Numero de programas radio televisivos produzidos e difundidos; Numero materiais audiovisuais produzidos e distribuídos; Numero de sessões de sensibilização e informação realizadas no terreno Numero de agentes de comunicação capacitados Número de sessões de plaidoyer realizadas com os políticos e decisores	<b>Relatórios</b>	<b>Recursos humanos e financeiros garantidos e colaboração de Mídias</b>
	<b>5: Estatuto do país em relação ao PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes Conhecido.</b>	<b>Dossier elaborado e base de dados</b>	<b>Documento de decisão da OIE em relação à PPR.</b>	

<b>Atividade 1: Socialização e validação da estratégia e do Plano de Ação para o controle da PPR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Plaidoyer junto dos decisores e financiadores</li> <li>-Realizar o atelier de validação</li> <li>-Divulgar e socializar com os parceiros e demais intervenientes</li> </ul>	<b>Equipamentos, materiais e meios logísticos</b>	<b>Relatórios/Atas das reuniões;</b>	<b>Mobilização de Recursos Financeiros e humanos</b>
<b>Atividade 2: Sensibilização dos parceiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fazer encontros de socialização e sensibilização do plano com os parceiros.</li> <li>-Produzir materiais didáticos (desdobráveis, folhetos, cartazes etc.)</li> <li>-Elaborar e difundir programas radiofónicos e televisivos</li> <li>- Fomar e capacitar todos os intervenientes incluindo agentes de comunicação</li> <li>Incluindo agentes de comunicação</li> </ul>	<p>Materiais audiovisuais e outros produzidos e difundidos;</p> <p>Sessões de sensibilização, informação e formação realizadas</p> <p>programas radio televisivos;</p> <p>programas radio televisivos;</p> <p>Formador,</p>	<b>Relatórios,</b>	<b>Mobilização de Recursos Financeiros e humanos</b>
<b>Atividade 3: Atualização e revisão da legislação zoe sanitária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fazer a regulamentação da Lei Zoo sanitária nº 30/VIII/2013</li> <li>-Elaborar o pacote legislativo sobre a produção animal</li> </ul>	<b>Consultoria jurídica assegurada</b>	<b>Pacotes legislativos produzidos e implementados</b>	<b>Mobilização de Recursos Financeiros e humanos</b>
<b>Atividade 4: Reforço dos serviços veterinários</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recrutar e mobilizar novos técnicos qualificados,</li> <li>-Adquirir equipamentos, materiais e outros.</li> <li>-Apretechar as Delegações do MAA com equipamentos</li> <li>-Adquirir viaturas</li> <li>-Criar base de dados</li> </ul>	<b>Meios Financeiros</b>	<p>Procedimentos administrativos realizados</p> <p>Relatórios</p>	<b>Mobilização de Recursos Financeiros e humanos</b>
<b>Atividade 5: Reforço dos sistemas de vigilância Epidemiológica e das capacidades de diagnóstico do laboratório Veterinário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Requisitar a assistência técnica especializada na área de diagnóstico laboratorial e garantia de qualidade</li> <li>-Adquirir materiais, equipamentos</li> <li>-Adquirir kits de diagnóstico da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes</li> <li>-Instalar novas técnicas de diagnóstico(PCR)</li> <li>-Adequar as infraestruturas laboratoriais a novas exigências laboratoriais em termos de diagnóstico.</li> <li>-Dotar a rede de vigilância epidemiológica com programas informativos específicos</li> <li>-Fazer a manutenção e calibração dos equipamentos laboratoriais</li> </ul>	<p>Especialista/instituição parceira</p> <p>Serviços técnicos especializados</p>	<p>Relatório/</p> <p>Relatórios/resultados laboratoriais.</p>	<p>Recursos</p> <p>Financeiro e humanos assegurados</p> <p>Recursos</p> <p>Financeiros e financiador garantidos</p>
<b>Atividade 6: Formação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fomar e capacitar os técnicos de terreno em deteção precoce das doenças, implementação das medidas de controlo e luta</li> <li>-Fomar e capacitar a equipa técnica de laboratório</li> <li>-Fomar e capacitar os criadores e outros parceiros</li> </ul>	Serviços técnicos especializados	Relatórios	<p>Recursos Financeiros e humanos garantidos</p> <p>Mobilização de Recursos Financeiros e humanos</p>

<p><b>Atividade 7:</b>  <b>Implementação das</b>  <b>medidas de</b>  <b>Prevenção,</b>  <b>Controlo e</b>  <b>Eradicação da</b>  <b>PPR e de outras</b>  <b>DPFs</b></p>	<p>-Fazer o levantamento exaustivo da situação sanitária;</p> <p>-Reforçar as medidas de vigilância e controlo a nível de portos e aeroportos e de terreno.</p> <p>-Sensibilização/formação dos criadores.</p> <p>-Continuar com a vigilância passiva</p> <p>-Fazer tratamento e análise dos dados</p>	<p>Instituição especializada e formador</p> <p>Técnicos qualificados, meios logísticos (viaturas, combustível, Etc. Meios materiais, embalagens apropriadas, etc.).</p> <p>Certificação da transportadora aérea.</p>	<p>Relatórios</p> <p>Procedimentos administrativos</p>	<p>Recursos Financeiros e humanos garantidos</p>
--	--	--	--	--

## Anexo 2: Plano de Ação para os primeiros 5 anos

### 1. Introdução

A Peste dos Pequenos Ruminantes (PPR) está afetando severamente os pequenos ruminantes em aproximadamente 70 países da África, Ásia e Médio Oriente. É uma doença altamente contagiosa que causa 1,5 a 2 bilhões de dólares em perdas por ano. A doença ameaça a segurança alimentar e a subsistência de pequenos agricultores e criadores de gado e impede que diferentes setores da pecuária explorem plenamente o seu potencial económico.

Reduzir o número de países endémicos de PPR é, portanto, um interesse compartilhado e deve ser considerado como um bem público global.

Em Cabo Verde até ao momento não foi observado nenhum caso de PPR.

A situação sanitária dos pequenos ruminantes não é ainda totalmente conhecida, não obstante o registo de morbidade e mortalidade ao longo dos anos. No entanto, já foram diagnosticadas as seguintes doenças: Ectima Contagiosa, Brucelose, Linfadenite Caseosa, Carbúnculo Hemático e Parasitoses.

As medidas de vigilância, de um modo geral, têm sido implementadas ao nível de fronteiras (portos e aeroportos) e a nível do terreno.

Neste contexto, torna-se necessário fazer um levantamento exaustivo, visando conhecer a real situação sanitária em relação à PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes.

### 2. Objetivos Gerais

Garantir a Segurança Alimentar, aumentar o rendimento das famílias e reduzir a pobreza.

- Objetivos específicos

Os objetivos específicos consistem em:

- Reforçar os Serviços Veterinários
- Conhecer a situação sanitária do país em relação a PPR e outras doenças dos pequenos ruminantes.
- Desenvolver o sector pecuário a nível nacional

### 3. *Plano de Ação*

#### **Componente I: Promoção do Ambiente Favorável**

##### ***Subcomponente 1.1: Estratégia e Planos Técnicos para o controlo da PPR***

Fazer plaidoyer junto dos decisores e políticos

Elaborar e implementar o Plano de comunicação/ sensibilização

Mobilizar os recursos necessários (humanos, financeiros e materiais)

Reforçar os serviços veterinários tanto a nível central como regional

Formar e capacitar todos os intervenientes no processo (Técnicos, criadores e outros parceiros)

##### ***Subcomponente 1.2: Sensibilização e engajamento dos parceiros***

Fazer encontros de sensibilização, utilizando a metodologia da abordagem participativa de todos os parceiros visando a implicação dos mesmos no processo.

Fazer a socialização do plano com os parceiros e engajamento de cada um no processo de prevenção, controlo e erradicação da PPR.

Produzir materiais audiovisuais (desdobráveis, folhetos, cartazes etc.) necessários às ações de sensibilização, informação e formação dos intervenientes no processo

Elaborar e fazer a difusão de programas radiofónicos, televisivos e outras redes sociais.

### **Subcomponente 1.3: Quadro Jurídico**

O país conta até então com a lei Zoo sanitária nº 30/VIII/2013 publicada a 13 de maio, que estabelece as normas de segurança sanitária dos animais, de saúde animal, da salubridade do seu meio ambiente, dos produtos de origem animal e da saúde pública veterinária.

Regulamentar a lei Zoo sanitária nº 30/VIII/2013

Elaborar um pacote legislativo relativo à produção animal

### **Subcomponente 1.4: Reforço dos Serviços Veterinários**

Reforçar os serviços centrais e regionais com técnicos qualificados, equipamentos, materiais e outros

Formar e capacitar os técnicos

## **Componente 2- Apoio ao sistema de diagnóstico e Vigilância**

### **Subcomponente 2.1 :Avaliação Epidemiológica**

Considerando que Cabo Verde não conhece a sua situação sanitária com relação a PPR, há necessidade de se fazer um levantamento exaustivo a nível nacional.

Formar e capacitar os técnicos de terreno em deteção precoce das doenças, implementação das medidas de controlo e luta.

Apetrechar as Delegações do MAA com os equipamentos e materiais necessários para o bom funcionamento das mesmas.

### **Subcomponente 2.2: Reforço dos Sistemas de Vigilância e das Capacidades do Laboratório Veterinário**

Requisitar a assistência técnica especializada na área de diagnóstico laboratorial e garantia de qualidade

Formar/ capacitar a equipa técnica do Laboratório Veterinário

Adquirir kits de diagnóstico da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes

Instalar novas técnicas de diagnóstico(PCR)

Adquirir materiais, equipamentos e outros para apoio às atividades de vigilância e funcionamento do laboratório

Fazer a manutenção e calibração dos equipamentos

Adequar as infraestruturas laboratoriais às novas exigências laboratoriais em termos de diagnóstico

### **Subcomponente 2.3: Rede epidemiológica e de laboratórios**

Operacionalizar a Rede de Vigilância Epidemiológica nacional através de criação de condições técnicas, logísticas, humanas e infraestruturais.

## **Componente 3- Medidas para a erradicação da PPR**

### **Subcomponente 3.1: Medidas de prevenção e de controlo de PPR**

Consoante os resultados laboratoriais obtidos após o levantamento exaustivo, poderão ser aplicadas as medidas perante a deteção de casos da PPR:



Delimitar as zonas de foco e zonas tampão e vigilância ativa nas zonas de risco

Reforçar as medidas de vigilância a nível de portos e aeroportos

Vacinar nas zonas tampão e de risco

Proibir a movimentação de animais do foco para as demais zonas

Fazer sacrifício sanitário

Fazer a sensibilização/formação dos criadores

Não havendo casos da PPR deve-se continuar com:

A vigilância passiva a nível de terreno

Controlo sanitário a nível de fronteiras

### ***Subcomponente 3.2: Demonstração do Estatuto «Indemne de PPR »***

Não havendo confirmação de casos positivos, por um período de tempo determinado, Proceder-se-á à preparação do dossier e a sua submissão à OIE para a obtenção do estatuto «indemne de PPR »

### ***Subcomponente 3.3: Controlo de outras doenças dos pequenos ruminantes***

Para melhor conhecimento da situação sanitária em relação às outras doenças dos pequenos ruminantes será feito um levantamento exaustivo. No caso de haver confirmação laboratorial, serão aplicadas as medidas de controlo e luta, de acordo com os planos de controlo e luta específicos elaborados.

## **Componente 4 – Coordenação, gestão e parceiros**

### ***Subcomponente 4.1: Nível Nacional***

Para a execução do plano e para que os objetivos preconizados sejam atingidos, serão desenvolvidas as seguintes ações:

Nomear um coordenador

Nomear pontos focais em cada Delegação do MAA

Criar uma equipa de trabalho pluridisciplinar, com o envolvimento dos parceiros (Câmaras Municipais, ONGS, Representantes dos Criadores, Associações Comunitárias, Instituições Religiosas, entre outras) a nível de terreno

Realizar encontros periódicos com o envolvimento dos principais parceiros para socializar, discutir e consensualizar assuntos relacionados com a execução do Plano.

### ***Subcomponente 4.2: com os parceiros e programas regionais***

A equipa técnica nacional contará com a assistência técnica e financeira das organizações regionais (UA-IBAR, AU-PANVAC, BAD, etc.)

### ***Subcomponente 4.3: com os parceiros e programas Pan-africanos e internacionais***

O Plano de prevenção, controlo e erradicação da PPR, será alinhado com os Programas/ Planos pan-africano e mundial.

A equipa técnica nacional contará com a assistência técnica e financeira das organizações regionais e internacionais (FAO, OIE, EU, USDA-APHIS, CEDEAO, UA-IBAR, AU-PANVAC, BAD etc.)

## 3.2 *Sustentabilidade*

Com o apoio e a participação dos parceiros nacionais, regionais e internacionais, as ações do plano serão devidamente apropriadas, de forma a garantir a sua sustentabilidade e perenidade.

## 3.3 *Riscos e Hipóteses*

Em Cabo Verde, os principais fatores de risco que poderão comprometer a implementação do Plano de Ação de Prevenção, controlo e erradicação da PPR, são constrangimentos de ordem ambiental, institucional, estrutural e financeira, a saber:

- Aleatoriedade do clima com efeitos negativos sobre a produção e a saúde animal;
- Catástrofes naturais (erupções vulcânicas, chuvas torrenciais, ciclones, etc.);
- Resistência dos criadores à mudança de comportamento;
- Sistemas de criação inadequadas praticadas;
- Falta de recursos humanos e financeiros
- Abate clandestino
- Comercialização informal
- Transportes deficientes
- Inspeção e fiscalização deficiente em toda a cadeia produtiva
- Infraestruturas de abate e comercialização deficientes

## 4. *Financiamento, seguimento e Avaliação e comunicação*

### 4.1 *Financiamento (5 anos)*

### 4.2 *Seguimento e Avaliação*

Para fazer o seguimento e a avaliação do Plano será criado um Comité de Pilotagem, com o envolvimento dos principais parceiros, cuja coordenação estará a cargo da Direção de Serviço da Pecuária.

### 4.3 *Comunicação e plaidoyer*

Enquadrado nesta componente está prevista a difusão regular de informações atualizadas sobre as medidas de atenuação dos efeitos da PPR e de outras doenças de pequenos ruminantes, junto dos diferentes atores incluindo os criadores.

Os principais canais de comunicação que serão utilizados são:

- Radiofónicos (nacionais e comunitárias);
- Televisivos;
- Jornais e Website;
- Plataforma de comunicação móvel e redes sociais;
- Campanhas de informação e sensibilização a nível do terreno.

## Anexo 3 : Programa de trabalho para o Plano de Ação

## Ano I

Programa de Trabalho para a implementação do plano de Ação	Quantidade (nº)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Atividades</b>													
<b>Estratégia e Planos Técnicos para o controlo da PPR</b>													
Plaidoyer junto dos decisores	4												
Plano de comunicação/ sensibilização	1												
Mobilização de recursos necessários													
<b>Sensibilização e engajamento dos parceiros</b>													
Fazer encontros de socialização e sensibilização do plano com os parceiros visando o engajamento dos mesmos no processo de prevenção, controlo e erradicação da PPR	15												
Produzir materiais didáticos ( desdobráveis, folhetos, cartazes etc)	3000												
Elaborar e difundir programas radiofónicos	48												
Elaborar e difundir programas televisivos	15												
Formar e capacitar todos os intervenientes	1												
<b>Quadro Jurídico</b>													
Fazer a regulamentação da Lei Zoo sanitária nº 30/VIII/2013	1												
Elaborar pacote legislativo relativo a produção animal	1												
<b>Reforço dos serviços veterinários</b>													
Recrutar e mobilizar novos técnicos qualificados,	15												
Adquirir equipamentos, materiais e outros.	1 lote												
Apetrechar todas as Delegações do MAA/Antenas com equipamentos informáticos(computadores, GPS, tablets, telemóveis, etc)	18												
Adquirir viaturas	2												
<b>Reforço dos sistemas de vigilância Epidemiológica e das capacidades de diagnóstico do laboratório Veterinário</b>													
<b>Reforço dos sistemas de vigilância Epidemiológica e das capacidades de diagnóstico do laboratório Veterinário</b>													
Requisitar a assistência técnica especializada na área de diagnóstico laboratorial e garantia de qualidade	1												
Adquirir materiais, equipamentos	1 lote												
Adquirir kits de diagnóstico da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes	1 lote												
Instalar novas técnicas de diagnóstico(PCR)	2												
Adequar as infraestruturas laboratoriais a novas exigências laboratoriais em termos de diagnóstico	1												
Dotar a rede de programas informativos específicos de vigilância epidemiológica	1												
Fazer a manutenção e calibração dos equipamentos	1												
<b>Formação</b>													
Formar e capacitar os técnicos de terreno em deteção precoce das doenças, implementação das medidas de controlo e luta	1												
Formar e capacitar a equipa técnica de laboratório	1												
Formar e capacitar os criadores	18												
<b>Medidas de Prevenção, Controlo e Erradicação da PPR e de outras DPMs</b>													
Fazer o levantamento ensaio da situação sanitária	1												
Adquirir combustíveis e consumíveis	1												
Delimitar as zonas de foco e zonas tampão e vigilância ativa nas zonas de risco													
Reforçar medidas de vigilância a nível de portos e aeroportos													
Elaborar Relatórios	4												
Fazer seguimento e avaliação													

## Ano 2

Programa de Trabalho para a implementação do plano de Ação	Quantidade(nº)												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Actividades</b>													
<b>Sensibilização e engajamento dos parceiros</b>													
Produzir materiais didáticos ( desdobráveis, folhetos, cartazes etc)	2000												
Elaborar e difundir programas radiofónicos	48												
Elaborar e difundir programas televisivos	15												
Encontros com todos os intervenientes	2												
<b>Reforço dos serviços veterinários</b>													
Adquirir materiais e consumíveis para as Delegações	18 lotes												
<b>Reforço dos sistemas de vigilância Epidemiológica e das capacidades de diagnóstico do laboratório Veterinário</b>													
Adquirir materiais e consumíveis para laboratório	1 lote												
Adquirir kits de diagnóstico da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes	1 lote												
Fazer a manutenção e calibração dos equipamentos	1												
<b>Formação</b>													
Formar e capacitar os técnicos de terreno em deteção precoce das doenças, implementação das medidas de controlo e luta	1												
Formar e capacitar a equipa técnica de laboratório	1												
Formar e capacitar os criadores	1												
<b>Medidas de Prevenção, Controlo e Erradicação da PPR e de outras DPRs</b>													
Fazer o levantamento exaustivo da situação sanitária	1												
Adquirir combustíveis e consumíveis	1												
Delimitar as zonas de foco e zonas tampão e vigilância ativa nas zonas de risco													
Reforçar medidas de vigilância a nível de portos e aeroportos													
Fazer a vacinação nas zonas tampão e de risco	125000												
Proibir/restringir a movimentação de animais do foco para as demais zonas													
Fazer o sacrifício sanitário													
Fazer Sensibilização/formação dos criadores													
Continuar com a vigilância passiva													
<b>Outros</b>													
Fazer tratamento e análise dos dados													
Elaborar Relatórios	4												
Fazer seguimento e avaliação													

## Ano 3

Programa de Trabalho para a implementação do plano de Ação	Quantidade (nº)												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Actividades</b>													
<b>Sensibilização e engajamento dos parceiros</b>													
Produzir materiais didáticos ( desdobráveis, folhetos, cartazes etc)	0												
Elaborar e difundir programas radiofónicos	24												
Elaborar e difundir programas televisivos	8												
Encontros com todos os intervenientes	2												
<b>Reforço dos serviços veterinários</b>													
Adquirir materiais e consumíveis para as Delegações	1 lote												
<b>Reforço dos sistemas de vigilância Epidemiológica e das capacidades de diagnóstico do laboratório Veterinário</b>													
Adquirir materiais e consumíveis para laboratório	1 lote												
Adquirir kits de diagnóstico da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes	1												
Fazer a manutenção e calibração dos equipamentos	1												
<b>Formação</b>													
Formar e capacitar os técnicos de terreno em deteção precoce das doenças, implementação das medidas de controlo e luta	0												
Formar e capacitar a equipa técnica de laboratório	0												
Formar e capacitar os criadores	0												
<b>Medidas de Prevenção, Controlo e Erradicação da PPR e de outras DPRs</b>													
Continuar com a vigilância ativa e passiva													
Adquirir combustíveis e consumíveis	1 lote												
Delimitar as zonas de foco e zonas tampão e vigilância ativa nas zonas de risco													
Reforçar medidas de vigilância a nível de portos e aeroportos													
Fazer a vacinação nas zonas tampão e de risco	75000												
Proibir/restringir a movimentação de animais do foco para as demais zonas													
Fazer o sacrifício sanitário													
Fazer Sensibilização/formação dos criadores													
Fazer tratamento e análise dos dados													
Fazer relatórios	4												
Fazer seguimento e avaliação													

## Ano 4

Programa de Trabalho para a implementação do plano de Ação		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Actividades	Quantidade (nº)												
<b>Estratégia e Planos Técnicos para o controlo da PPR</b>													
Produzir materiais didáticos ( desdobráveis, folhetos, cartazes etc)	0												
Elaborar e difundir programas radiofónicos e televisivos	0												
Encontros com todos os intervenientes	2												
<b>Reforço dos serviços veterinários</b>													
Adquirir materiais e consumíveis para as Delegações	1 lote												
<b>Reforço dos sistemas de vigilância Epidemiológica e das capacidades de diagnóstico do laboratório Veterinário</b>													
Adquirir materiais e consumíveis para laboratório	1 lote												
Adquirir kits de diagnóstico da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes	1												
Fazer a manutenção e calibração dos equipamentos	1												
<b>Formação</b>													
Formar e capacitar os técnicos de terreno em deteção precoce das doenças, implementação das medidas de controlo e luta	0												
Formar e capacitar a equipa técnica de laboratório	0												
Formar e capacitar os criadores	0												
<b>Medidas de Prevenção, Controlo e Erradicação da PPR e de outras DPRs</b>													
Continuar com a vigilância ativa e passiva													
Adquirir combustíveis e consumíveis													
Delimitar as zonas de foco e zonas tampão e vigilância ativa nas zonas de risco													
Reforçar medidas de vigilância a nível de portos e aeroportos													
Fazer a vacinação nas zonas tampão e de risco	25000												
Proibir/restringir a movimentação de animais do foco para as demais zonas													
Fazer sacrifício sanitário													
Fazer Sensibilização/formação dos criadores													
Fazer tratamento e análise dos dados													
Fazer relatórios	4												
Solicitar à OIE o estatuto do país													
Fazer seguimento e avaliação													

## Ano 5

Programa de Trabalho para a implementação do plano de Ação		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Actividades	Quantidade (nº)												
<b>Sensibilização e envolvimento dos parceiros</b>													
Elaborar e difundir programas radiofónicos e televisivos	0												
Encontros com todos os intervenientes	2												
<b>Reforço dos serviços veterinários</b>													
Adquirir materiais e consumíveis para as Delegações	1 lote												
<b>Reforço dos sistemas de vigilância Epidemiológica e das capacidades de diagnóstico do laboratório Veterinário</b>													
Adquirir materiais e consumíveis para laboratório	1 lote												
Adquirir kits de diagnóstico da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes	1												
Fazer a manutenção e calibração dos equipamentos	1												
<b>Medidas de Prevenção, Controlo e Erradicação da PPR e de outras DPRs</b>													
Continuar com a vigilância ativa e passiva													
Adquirir combustíveis e consumíveis	1												
Delimitar as zonas de foco e zonas tampão e vigilância ativa nas zonas de risco													
Reforçar medidas de vigilância a nível de portos e aeroportos													
Fazer a vacinação nas zonas tampão e de risco	0												
Proibir/restringir a movimentação de animais do foco para as demais zonas													
Fazer o sacrifício sanitário													
Fazer Sensibilização/formação dos criadores													
Fazer tratamento e análise dos dados													
Fazer relatórios	4												
Solicitar à OIE o estatuto do país	1												
Fazer seguimento e avaliação													

## Anexo 4 : Matriz dos Resultados

Resultados	Atividades	
R1: Serviços Veterinários reforçados	A1	Recrutamento e mobilização de novos técnicos qualificados
	A2	Aquisição de equipamentos, materiais e outros.
	A3	Apetrechamento das Delegações do MAA com equipamentos administrativos e veterinários
R2: Capacidade de Diagnóstico laboratorial reforçada	A1	Requisição da assistência técnica especializada na área de diagnóstico laboratorial e garantia de qualidade
	A2	Aquisição de materiais, equipamentos e consumíveis
	A3	Aquisição de kits de diagnóstico da PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes
	A4	Instalação de novas técnicas de diagnóstico (PCR)
	A5	Dotação da rede de programas informativos específicos de vigilância epidemiológica
	A6	Realização da manutenção e calibração dos equipamentos
	A7	Adequação das infraestruturas laboratoriais a novas exigências laboratoriais em termos de diagnóstico
R3: Técnicos, criadores e outros intervenientes formados	A1	Formação e capacitação dos técnicos
	A2	Formação e capacitação dos criadores
	A3	Formação e capacitação de outros intervenientes
R4 :Medidas de Prevenção, Controlo e Erradicação da PPR e de outras DPRs implementadas	A1	levantamento exaustivo da situação sanitária
	A2	Aquisição de combustíveis e consumíveis
	A3	Delimitação das zonas de foco e zonas tampão e vigilância ativa nas zonas de risco
	A4	Reforço das medidas de vigilância a nível de portos e aeroportos
	A5	Vacinação nas zonas tampão e de risco
	A6	Proibição/restricção da movimentação de animais do foco para as demais zonas
	A7	Sacrifício sanitário
	A8	Sensibilização/formação dos criadores



Resultados	Atividades	
	A9	Continuação com a vigilância ativa e passiva
	A10	Tratamento e análise dos dados
	A11	Elaboração de Relatórios
R5: Estatuto do país em relação à PPR e outras doenças prioritárias dos pequenos ruminantes Conhecido.	A1	Preparação do dossier e sua submissão à OIE



African Union – Interafrican Bureau for Animal Resources  
(AU-IBAR)

Kenindia Business Park  
Museum Hill, Westlands Road  
PO Box 30786  
00100 Nairobi  
Kenya

Tel: +254 (20) 3674 000

Fax: +254 (20) 3674 341 / 3674 342

Email: [ibar.office@au-ibar.org](mailto:ibar.office@au-ibar.org)

Website: [www.au-ibar.org](http://www.au-ibar.org)